



MANUAL TÉCNICO DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS
VOLUME II
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
REVISÃO 2008

SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES

1 ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Foram efetuadas as seguintes alterações para ajustar o demonstrativo às determinações do Manual de Procedimentos de Receitas Públicas, 4ª edição:

- Nova codificação da Natureza da Receita;
- Inclusão da linha "Compensações Financeiras" em "RECEITA PATRIMONIAL" e retirada da rubrica "Restituições" em "OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL";
- Nas particularidades da União, inclusão da rubrica "Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional"

Inclusão de ressalva de que as receitas, em todos os seus detalhamentos, deverão ser registradas pelo seu valor líquido de deduções (restituições, descontos, retificações e outras).

Inclusão de ressalva de que o tratamento de pessoal cedido descrito no manual diz respeito apenas à União.

2 ANEXO III – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

O conteúdo desse demonstrativo foi revisto, objetivando firmar as interpretações conceituais propostas pela STN, conforme as decisões técnicas dos Grupos Técnicos de procedimentos contábeis e de padronização de relatórios. Nesse contexto, as seguintes alterações foram executadas:

- a) Revisão do objetivo da RCL;
- b) Ratificação do entendimento de que as deduções da RCL são as exaustivamente explicitadas na LRF;
- c) Revisão do conceito de ente da federação e empresa estatal, conforme a LRF;
- d) Inclusão de ressalva acerca da contribuição patronal;
- e) Detalhamento das deduções na União;
- f) Ratificação do entendimento de que os recursos recebidos pelo Distrito Federal e Estados do Amapá e Roraima não serão considerados para atendimento das despesas com pessoal, pois são relativos a despesas da União;
- g) Inclusão de jurisprudência do STF firmando o entendimento de que multas, juros e quaisquer acessórios incidentes sobre os impostos têm o mesmo tratamento do principal;



- h) Inclusão da ressalva de que as receitas vinculadas e as temporárias não podem ser deduzidas do cômputo da RCL;
- i) Observação acerca do tratamento a ser dado ao IRRF e aos Restos a Pagar cancelados;
- j) Inclusão da linha para registro da receita oriunda do IRRF nos demonstrativos dos Estados, DF e Municípios;
- k) Inclusão de comentários sobre as transferências do FUNDEB e seus impactos na RCL;
- l) Inclusão da seguinte nota de rodapé: "Após a Reforma da Previdência, consignada na Emenda Constitucional nº 40, de 29 de maio de 2003, as receitas e despesas da previdência foram separadas das demais receitas e despesas da seguridade social (assistência social e saúde). Dessa forma, quando na LRF, editada anteriormente à EC 40, são citadas a previdência e assistência social, deve-se entender apenas a previdência, à luz das normas constitucionais." Em função do exposto, foram retiradas do texto e das rubricas do demonstrativo as menções à assistência social.
- m) Inclusão de ressalva de que as receitas, em todos os seus detalhamentos, deverão ser registradas pelo seu valor líquido de deduções (restituições, descontos, retificações e outras).
- n) Apresentação do modelo de demonstrativo da RCL específico para o Distrito Federal.

3 ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – UNIÃO

O conteúdo desse demonstrativo foi revisto, objetivando firmar as interpretações conceituais propostas pela STN, conforme as decisões técnicas dos Grupos Técnicos de procedimentos contábeis e de padronização de relatórios. Nesse contexto, as seguintes alterações foram executadas:

- a) Revisão do conceito de Seguridade Social e Previdência; para evitar interpretações imprecisas, o termo "Previdência Social" passa a ser utilizado exclusivamente quando se referenciar ao RGPS;
- b) Exclusão das instruções para a União sobre a forma pesquisa dos dados no SIAFI;
- c) Abertura das receitas e despesas (exceto intra-orçamentárias), permitindo maior transparência;
- d) Inclusão do quadro dos "APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL", visando demonstrar os aportes em maior detalhe;
- e) Inclusão dos quadros "RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RGPS" e "BENS E DIREITOS DO RGPS".



- f) Inclusão de ressalva de que os valores das receitas devem ser brutos e a dedução destacada em linha específica.

4 ANEXO V - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

O conteúdo desse demonstrativo foi revisto, objetivando firmar as interpretações conceituais propostas pela STN conforme as decisões técnicas dos Grupos Técnicos de procedimentos contábeis e de padronização de relatórios. Nesse contexto, as seguintes alterações foram executadas:

- a) Revisão do conceito de Seguridade Social e Previdência;
- b) Inclusão da ressalva de que, independentemente do formato administrativo que assuma no âmbito do ente, o RPPS deverá observar todas as regras previstas nas normas gerais de previdência;
- c) Inclusão dos aspectos a serem observados quando da busca pelo equilíbrio financeiro e atuarial;
- d) Padronização do nome "Regime Próprio de Previdência dos Servidores".
- e) Segregação no demonstrativo da contribuição dos segurados de outras contribuições não intra-orçamentárias;
- f) Ampliação do conceito da rubrica "Alienação de Bens" para "Alienação de Bens, Direitos e Ativos"
- g) Introdução do quadro dos "APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL", visando demonstrar os aportes em separado, realocando as linhas no demonstrativo e, dessa forma, evitando suas interferências no resultado previdenciário do RPPS;
- h) Inclusão dos quadros "RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RGPS" e "BENS E DIREITOS DO RGPS" em substituição ao antigo quadro "DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS";
- i) Inclusão das receitas de serviço no quadro das intra-orçamentárias.
- j) Alteração das fórmulas de cálculo;
- k) Inclusão de linha específica para totalizar a receita patronal intra-orçamentária;
- l) Inclusão de ressalva acerca da necessidade de se registrar as receitas pelos seus valores brutos;
- m) Introdução do conceito de separação das massas entre os planos financeiro e previdenciário;



- n) Inclusão da ressalva de que a receita relativa a parcelamentos de débitos inscritos na dívida fundada do Tesouro do ente não deve ser registrada como Receita de Capital.

5 ANEXO VI – DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

Inclusão da ressalva de que os valores registrados no quadro da Dívida Fiscal Líquida não devem incluir os valores que irão compor o cálculo da Dívida Fiscal Líquida Previdenciária, os quais deverão ser registrados em quadro próprio.

Foram alterados os títulos dos quadros do demonstrativo, para melhorar o seu entendimento.

3.9 ANEXO X – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

O conteúdo desse demonstrativo foi revisto, objetivando firmar as interpretações conceituais propostas pela STN, conforme as decisões técnicas dos Grupos Técnicos de procedimentos contábeis e de padronização de relatórios. Nesse contexto, as seguintes alterações foram executadas:

- a) Atualização da Portaria nº844, de 8 de julho de 2008, do MEC, que determina o preenchimento – no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios – das informações relativas à MDE nos formulários do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE e do prazo para o seu preenchimento;
- b) Atualização dos percentuais dos recursos que compõem o FUNDEB e dos valores da Complementação da União para o exercício de 2009;
- c) Inclusão de linhas específicas no demonstrativo para permitir aos Estados o tratamento adequado dos recursos destinados ao financiamento do Fundo Estadual de Combate à Pobreza;
- d) Atualização da Figura 12 - Financiamento do Ensino e da Figura 13 - Financiamento do FUNDEB, incluindo quadro específico para o Distrito Federal e o tratamento do ITR nos municípios;
- e) No demonstrativo da União:
 - Inclusão das linhas para registro das deduções de impostos;
 - Inclusão das linhas para registro em separado do IOF-Ouro;
 - Definição de fórmulas para o quadro DESVINCULAÇÃO E DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS, que passa a ser calculado e não mais informado pela União;
 - Padronização dos termos utilizados nos quadros "RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO" e "OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM AS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO"
 - Inclusão das "DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DOS RECURSOS DE IMPOSTOS" no cálculo das deduções para fins do limite de aplicação em MDE.



- f) No demonstrativo dos Estados:
- Inclusão das linhas para registro das deduções de impostos;
 - Alteração do termo "RECEITA BRUTA RESULTANTE DE IMPOSTOS" para "RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS" em função da inclusão das deduções de receita;
 - Inclusão do tratamento para o adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza;
 - Padronização dos termos utilizados nos quadros "RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO" e "OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM AS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO"
 - Inclusão da receita da aplicação financeira dos recursos do FNDE;
 - Separação da receita da aplicação financeira de recursos de convênios dos demais recursos;
 - Introdução do quadro de "deduções para fins do limite do FUNDEB para pagamento dos profissionais do magistério";
 - Introdução do quadro para controle da utilização de recursos no exercício subsequente;
 - Revisão do conceito de dedução das despesas custeadas com o superávit financeiro, do FUNDEB e de outros impostos vinculados com a inclusão de duas novas linhas de dedução;
 - Inclusão da ressalva de que, caso possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no cumprimento do limite do seu respectivo ano de inscrição, o ente deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite e os dados necessários à comprovação da afetação ou não dos limites de exercícios anteriores deverão ser apresentados em nota de rodapé.
 - Inclusão da linha "TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE";
 - Inclusão das despesas efetuadas à conta da aplicação financeira dos recursos de impostos vinculados ao ensino no quadro "OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM AS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO";
 - Inclusão, no quadro "FLUXO FINANCEIRO DE RECURSOS", de coluna para demonstração dos recursos remanescentes do FUNDEF;
 - Atualização das diversas fórmulas de cálculo.
- g) No demonstrativo dos Municípios:
- Inclusão das linhas para registro das deduções de impostos;
 - Alteração do termo "RECEITA BRUTA RESULTANTE DE IMPOSTOS" para "RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS" em função da inclusão das deduções de receita;
 - Inclusão das linhas para registro do ITR, quando o Município optou pela sua fiscalização e cobrança;
 - Segregação dos valores referentes à cota-parte do FPM, visando dar o tratamento adequado às alíneas b) e d) do inciso I do art. 159 da CF;
 - Padronização dos termos utilizados nos quadros "RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO" e "OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM AS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO"
 - Inclusão da receita da aplicação financeira dos recursos do FNDE;



- Separação da receita da aplicação financeira de recursos de convênios dos demais recursos;
 - Introdução do quadro de "deduções para fins do limite do FUNDEB para pagamento dos profissionais do magistério";
 - Introdução do quadro para controle da utilização de recursos no exercício subsequente;
 - Revisão do conceito de dedução das despesas custeadas com o superávit financeiro, do FUNDEB e de outros impostos vinculados com a inclusão de duas novas linhas de dedução;
 - Inclusão da ressalva de que, caso possua controle sobre o cancelamento dos Restos a Pagar que foram considerados no cumprimento do limite do seu respectivo ano de inscrição, o ente deverá informar apenas o valor cancelado que tenha causado impacto nesse limite e os dados necessários à comprovação da afetação ou não dos limites de exercícios anteriores deverão ser apresentados em nota de rodapé.
 - Inclusão da linha "TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE";
 - Inclusão das despesas efetuadas à conta da aplicação financeira dos recursos de impostos vinculados ao ensino no quadro "OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM AS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO";
 - Inclusão, no quadro "FLUXO FINANCEIRO DE RECURSOS", de coluna para demonstração dos recursos remanescentes do FUNDEF.
 - Atualização das diversas fórmulas de cálculo.
- h) Apresentação do novo demonstrativo do Distrito Federal, abrangendo as suas peculiaridades e as respectivas instruções de preenchimento;

3.11 ANEXO XII - DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO RGPS - UNIÃO

O conteúdo desse demonstrativo foi revisto, objetivando firmar as interpretações conceituais propostas pela STN, conforme as decisões técnicas dos Grupos Técnicos de procedimentos contábeis e de padronização de relatórios. Nesse contexto, as seguintes alterações foram executadas:

- a) Inclusão, no demonstrativo, de nota de rodapé contendo a data de elaboração da avaliação atuarial e o compromisso de que os dados apresentados foram oficialmente enviados para o Ministério da Previdência Social – MPS;
- b) Alteração do prazo de projeção dos dados atuariais para 75 anos, conforme Quadro V do Anexo V, Portaria MPAS nº 4.992, 5 de fevereiro de 1999;

3.12 ANEXO XIII - DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

O conteúdo desse demonstrativo foi revisto, objetivando firmar as interpretações conceituais propostas pela STN, conforme as decisões técnicas dos Grupos Técnicos de procedimentos contábeis e de padronização de relatórios. Nesse contexto, as seguintes alterações foram executadas:



- a) Inclusão, no demonstrativo, de nota de rodapé contendo a data de elaboração da avaliação atuarial e o compromisso de que os dados apresentados foram oficialmente enviados para o Ministério da Previdência Social – MPS;
- b) Inclusão, no demonstrativo, de nota de rodapé onde deverão ser descritas as hipóteses consideradas na elaboração da projeção atuarial;
- c) Alteração do prazo de projeção dos dados atuariais para 75 anos, conforme Quadro V do Anexo V, Portaria MPAS nº 4.992, 5 de fevereiro de 1999;